

A crise da indústria têxtil — proposta de uma solução *

EURICO AMADO **

1. Introdução; 2. Centrais de compra e venda de matéria-prima; 3. Centrais de acabamento e estamparia.

1. Introdução

A meu ver os julgamentos geralmente emitidos sobre a indústria têxtil brasileira decorrem de um profundo desconhecimento da realidade dessa atividade. A partir de uma atitude intelectual alienada em relação aos problemas que afetam os setores tradicionais da nossa economia, de um enfoque cultural condicionado pelos interesses econômicos e pela própria cultura do centro do sistema, buscando formulações de políticas voltadas basicamente para investimentos de capital fixo com tecnologia de ponta, desprezando-se até mesmo a análise dos aspectos estruturais desses setores, onde se situa de fato o núcleo de sua problemática, pelo menos por enquanto vamos permitindo que o setor se desnacionalize ou seja estatizado.

Para compreender-se o quadro real da manufatura de tecidos no Brasil é fundamental remontar à sua história, cujo marco inicial data de antes da Inconfidência Mineira, quando D. Maria I de Portugal, por alvará de 5 de janeiro de 1785, mandou que fossem

* Artigo especialmente elaborado para este número de *Revista de Administração Pública*.

** Ex-diretor da Confederação Nacional da Indústria. Co-fundador do Conselho Nacional de Indústria Têxtil. Diretor da Companhia de Fiação e Tecelagem Cometa.

destruídos todos os teares existentes na colônia e que, em algumas pequenas indústrias, já começavam a produzir tecidos que concorriam com os fabricados na metrópole.

1. Somente a partir de 1850, quase 30 anos depois da Independência, começam a ser instaladas as primeiras indústrias dedicadas à manufatura de tecidos de algodão.¹

2. Por ser o Brasil, àquela época, um país pobre de vias e meios de comunicação, sua geografia econômica era um autêntico arquipélago, com ilhas de mercado bem definidas. Esta característica, predominante até logo após a II Grande Guerra, justificava a montagem de fábricas de pequeno e médio portes² verticalmente integradas, isto é, fiação, tecelagem e acabamento.

3. Nestas plantas industriais verticalizadas, o ciclo de produção é, em média, de 90 dias, considerando-se a diversidade de fios e tecidos produzidos com padronagens e sortimentos vários. Tal sistema, numa pequena ou média empresa, complica sobremodo o Programa de Controle de Produção (PCP), determinando custos extremamente elevados de administração, irrealistas em se tratando de empresas de pequeno e médio portes — ou, à falta de *know-how* gerencial, resultados desastrosos do ângulo da produtividade industrial.

4. Enquanto essas unidades fabris operavam em mercados cativos, porque ilhados, era possível absorver os custos altos da ineficiência, levando-se em conta:

- a) os preços dos tecidos comandados pelos fabricantes;
- b) prazos curtíssimos para comercialização (45 dias do embarque das mercadorias).

5. A partir dessas condições favoráveis, com um giro médio do capital (fator raro da nossa economia) de quase três vezes ao ano, dispondo de matéria-prima e mão-de-obra abundantes (e, por isso mesmo, baratas) e de um mercado interno crescente, as empresas apresentavam índices satisfatórios de rentabilidade, circunstância que estimulava a implantação de novas fábricas, que se espalhavam por todo o território nacional, desde o extremo norte até ao extremo sul.

6. As estradas de rodagem interligavam os mercados, o país se unificou economicamente. A concorrência se estabeleceu entre as fábricas que produziam agora para todas as partes do território, encontrando no caminhão o transporte eficiente para os seus produtos. Havia terminado a II Guerra Mundial e toda a conjuntura brasileira transformava-se aceleradamente.

¹ Simonsen, Roberto. *Evolução industrial do Brasil*. Ed. da CNI/SESI, 1936.

² No setor têxtil pode-se considerar de médio porte uma fábrica que tenha até 15 mil fusos e 250 teares.

7. Dois fatos depois da II Guerra Mundial contribuíram para o estabelecimento da crise setorial têxtil, que disfarçada pela inflação durante algum tempo, perdura até hoje:

a) a inopinada proibição de exportação de tecidos no Governo Dutra;

b) a incapacidade dos países industrializados, que haviam saído do grande conflito, de atender à demanda imediata de novos equipamentos para modernização do parque industrial do Terceiro Mundo, em virtude de necessitarem, em primeiro lugar, reequipar os próprios parques. Quando puderam nos atender já não tinhamos mais disponibilidades cambiais, o que obrigou o segundo Governo democrático de Vargas a estabelecer um critério de preços de câmbio em cinco categorias, tendo sido colocadas as máquinas têxteis na terceira categoria, por conseguinte, a taxas de câmbio bem diferentes daquelas com que os industriais contavam na elaboração dos seus orçamentos. Praticamente a importação de novas máquinas reduziu-se a 1/3 do projeto inicial, atrasando-se de forma considerável o desenvolvimento da tecnologia de produção de tecidos entre nós.

8. A estes dois fatores deve-se somar o refluxo dos tecidos que eram exportados e que, a partir da proibição (Governo Dutra), passaram a ser negociados no mercado interno.

9. Com a maior oferta de tecidos do mercado interno a concorrência obrigou às fábricas, numa primeira fase, a dilatar os prazos de comercialização que, até 1962, passaram a ser de 90 dias.

10. Em virtude disto, estava instalada a crise no setor, *pois assim se determinava a redução da velocidade do giro do capital, com todas as implicações sobre os custos industriais face à elevada taxa dos custos dos juros e da não menos elevada incidência inflacionária, corroendo lentamente o capital de giro do setor. Somente a crise não parecia tão grave pelas distorções que a inflação determina sobre toda a economia.*

11. Em 1961-62 concluiu a economia brasileira um ciclo de desenvolvimento caracterizado pela substituição de importações de bens de consumo duráveis. A economia como um todo, à falta de políticas novas capazes de manter o ritmo de desenvolvimento da década de 50, entrou em profunda depressão, resultando afinal na deposição do Governo Goulart.

12. 1964 marcou uma nova era para a economia brasileira. Combater a inflação passou a ser o objetivo máximo e altamente prioritário do novo Governo. As medidas adotadas com vistas à contenção do consumo, limitação da expansão do crédito, reavaliação compulsória dos ativos imobilizados, mediante o pagamento de 50% de Imposto de Renda sobre o valor corrigido no primeiro ano tiveram um impacto profundo sobre as fábricas de tecidos, deteriorando o que restava do seu capital de giro, determinando a

manutenção de estoques em muitos casos iguais à soma de cinco a seis meses de produção.

13. Os prazos de comercialização nessa época, em consequência da feroz concorrência entre fabricantes, chegaram até a 210 dias a contar do embarque da mercadoria. A rotatividade do capital caiu a menos de uma vez e meia por ano, enquanto a inflação se mantinha (1964, 1965, 1966) em níveis superiores a 35% a.a. e o custo dos juros chegava a 4% ao mês.

Nesse quadro dantesco se dissolveram os cadastros de muitas empresas. Passaram a dever INPS, IPI, ICM, tudo isso acrescido de multas de até 200%, com juros e correção monetária. Um quadro surrealista: as empresas, em muitos casos, não tinham mais condições de pagar as contribuições previdenciárias e impostos vencidos e se espera agora que elas paguem tudo isto com multas e mais juros e correção monetária. Como elas não podem mesmo pagar e o governo, com bom senso, não deseja confrontar-se com o problema social que se criaria face a execuções, tudo fica sem solução. As fábricas devem e não pagam, não incluem no cálculo dos seus custos o peso das penalidades e permanecem no fio da navalha com a espada de Dâmocles sobre a cabeça.³

14. Esta realidade pretendem certos tecnocratas alienados corrigir com imprecizações contra o empresariado nacional taxando-o de incompetente e induzindo-o a entrar na corrida alucinada atrás de tecnologia de ponta, endividando-se ainda mais, desta vez, em parte, assumindo, além das taxas leoninas de juros (capital é o fator raro e por isso caro), o risco cambial, cujas perspectivas, face à crise do petróleo e suas consequências nas nossas disponibilidades de divisas, são imprevisíveis.

Assim, enquanto se buscam soluções que importam sempre em novos investimentos de capital fixo, no transplante de tecnologia de ponta sem se mexer na estrutura setorial, muitas fábricas vão encerrando suas atividades, outras afundam-se em dívidas para pagamento de máquinas adquiridas no exterior, amargando o horror da crise cambial que inexoravelmente se vai delineando nos horizontes da economia brasileira.

Neste pano de fundo prosperam as empresas multinacionais tanto as que, como a Rhodia, controlam quase em regime de monopólio as matérias-primas sintéticas, quando, por exemplo, a Sanbra⁴ (Moinho Santista), que além do domínio que exerce no concernente à comercialização do algodão em rama, mercê dos grandes lucros auferidos, através dos incentivos fiscais (Sudene, por exemplo), desenvolve novos projetos de fábricas de tecido, de

³ Note-se que o mero atraso no recolhimento de impostos devidamente contabilizados não caracteriza o crime de sonegação fiscal, que é o uso de artifícios para reduzir ou não pagar o imposto devido.

⁴ A Sanbra atua na fabricação de tecidos através do Moinho Santista.

preferência no Nordeste, explorando a larga disponibilidade de capital (inclusive por doação governamental) e mão-de-obra barata.

Há que notar que esse controle do algodão pela Sanbra e outros grupos multinacionais traduz-se em duas resultantes trágicas:

1. para a economia nacional como um todo; 2. para a economia das empresas em particular.

Quanto aos prejuízos à economia nacional, avulta a diferença de preço entre os valores da matéria-prima, registrados para exportação pelas multinacionais, e os preços vigentes no mercado internacional, como ocorreu em 1973.⁵ A diferença de preço determinou nesse ano (1973) uma perda de divisas, pelo Brasil, de cerca de US\$150 a US\$200 milhões. Assim, nossa balança comercial foi altamente prejudicada apesar da grande quantidade de algodão exportado. Enquanto isso, os preços dessa matéria-prima no mercado interno se elevaram a níveis tais que tornaram gravosos os produtos da indústria têxtil.

Nesse jogo de cartas marcadas, em que se manipulam os preços das matérias-primas, quer no mercado interno quer no mercado externo, sofrem o país e as empresas têxteis nacionais.

No caso das fábricas de tecidos, a manipulação das matérias-primas pelos grupos internacionais determina um elenco de problemas:

- a) encarecimento do preço do produto final;
- b) necessidade de maior volume de capital para estocagem mínima de três meses da matéria-prima;
- c) quebra de qualidade de matéria-prima que fica para o consumo interno, condicionando as fábricas, mesmo as mais modernizadas, a baixos índices de produtividade;
- d) impossibilidade — senão às custas de graves riscos — da realização de programas de vendas de tecidos para o exterior, com prazos e entregas superiores a três meses;
- e) à falta de programação industrial, novas quedas de produtividade.

De tais efeitos circulares estão isentas as fábricas dos trustes (ex: as da Sanbra — grupo BURG-BORN e as da Rhodia — Valisère e outras), que se asseguram do preço e da boa qualidade das matérias-primas, por elas controladas.

Na análise desse processo assinala-se que a indústria tem vivido num ciclo espasmódico de crises determinado, em boa parte, pela política salarial que vinha sendo seguida, responsável pela deterioração do mercado interno, de um lado, e de outro, pela ação do crédito direto ao consumidor, orientando o consumo da classe média para os bens duráveis, basicamente o automóvel, onde se vêm con-

⁵ Em 1973, o algodão em rama, no mercado internacional, chegou a valer US\$ 0,95 a libra/peso e nenhum contrato de exportação foi registrado por valor acima de US\$ 0,50 a libra/peso.

Quadro 1

Brasil — Indústria Têxtil

Anos	Brasil (100%)					São Paulo						
	Nº Pessoal ocupado	Cr\$ 1 000			Nº Pessoal ocupado	%	Cr\$ 1 000					
		Salários	Valor da produção	Valor das vendas			Salários	%	Valor da produção	%	Valor das vendas	%
1962	365 753	71 211	536 002		182 553	49,9	41 602	58,4	321 836	60,0		
1963	342 360	116 071	832 180		167 615	49,0	67 256	57,9	478 361	57,5		
1964	342 364	221 731	1 624 746		168 449	49,2	130 026	58,6	953 027	58,7		
1965	311 699	332 551	2 416 560		154 182	49,5	178 110	53,6	1 413 789	58,5		
1966	324 443	454 816	3 617 066	3 614 841	166 145	51,2	252 517	55,5	2 030 338	56,1	2 052 805	56,8
1967	350 332	562 389	4 067 932	4 077 488	163 124	46,6	310 050	55,1	2 348 784	57,7	2 374 422	58,2
1968	353 654	765 879	6 132 344	6 068 127	176 010	49,8	443 191	57,9	3 677 505	60,0	3 648 252	60,1
1969	288 456	869 825	6 899 919	6 972 576	147 753	51,2	525 932	60,5	3 999 371	58,0	4 009 687	57,5
1970	297 713	1 099 859	8 334 687	8 392 618	157 909	53,0	672 187	61,1	4 892 888	58,7	4 918 298	58,6

Fonte: IBGE

Observação: Exclusive indústria de vestuário e artefatos de tecidos.

centrando mais de 70% dos financiamentos. Sem mercado de massas e com a classe média endividada, os setores tradicionais, produtores de bens não-duráveis (ou moles, como se diz no jargão das financeiras), vão penando pelos desvãos da economia, tornando-se inseguros como fontes de emprego, gerando distorções administrativas, rolando os degraus das crises, tropeçando nos preconceitos dos tecnocratas, humilhando-se nas ante-salas dos gerentes dos bancos, mendigando um ou outro crédito a juros de agiotagem, perplexos com os débitos fiscais e previdenciários agravados de juros, multas e correção monetária.

A indústria têxtil vai, assim, fechando ou se transferindo para o controle do Estado, como é o caso consumado das fábricas D. Isabel e América Fabril; e fala-se da Argus Industrial e a São Bento em fase preparatória de transferência. Acrescente-se que a transferência do controle acionário para o Estado não significa solução real dos problemas das empresas pois tanto quanto se sabe elas continuam com as mesmas crises... menos a angústia da caixa, agora suprida pelo Tesouro Nacional... Empresas de menor porte, vivendo os mesmos dramas, sonham com a sua encampação pelos bancos oficiais, que lhes são, entretanto, indiferentes face a sua pequena importância socioeconômica, consideradas individualmente.

Enfim, estamos convictos de que o definhamento setorial decorre basicamente da ausência de uma política capaz de alterar a estrutura da produção. Acreditamos que seja do interesse brasileiro, por várias razões, recuperar a sua indústria têxtil, pois é ela ainda, no setor secundário, uma das maiores responsáveis pela ocupação da mão-de-obra com seus quase 300 mil operários diretamente empregados, sem contar os que trabalham no plantio, na colheita e no descaroçamento do algodão e ainda os que cuidam dos rebanhos de carneiros, do plantio do sisal, do rami, do linho, dos que fabricam as fibras sintéticas, dos que estão empregados nas indústrias de confecção e nos milhões de dependentes de toda essa legião de brasileiros pobres.

Há também a considerar que os produtos da nossa indústria de tecidos, sobretudo os de algodão (fios, tecidos crus, acabados e confeccionados) têm largas possibilidades no mercado externo, podendo atingir um volume anual de exportação em torno de US\$ 500 milhões.⁶ O seu valor de produção, no momento, deve andar pela casa de US\$12 bilhões p/ano, exclusive os produtos da indústria de vestuário e artefatos de tecidos. Somente o consumo de algodão anda em torno de 380 milhões de quilos p/ano, o que representa cerca de 50% da produção da fibra.

⁶ Em 1973 chegamos a exportar perto de US\$ 170 milhões, e em 1975 devemos repetir a *performance* de 1973.

Quadro 2

Brasil ... consumo industrial de fibras têxteis^a

(1963/1973 ... em 1 000 toneladas)

A n o	Naturais					Artificiais				Sintéticas				Total geral
	Algodão	Lã lavada	Linho rami ^b	Seda	Total	Acetato	Viscose ^c	Total	Náilon ^c	Poli-éster ^c	Acrí-lico	Polipro-pileno	Total	
1963	274,8	12,4	7,8	0,1	295,1	5,4	33,7	39,1	8,6	2,1	0,1		10,8	345,0
1964	267,7	8,7	9,2	0,1	285,7	6,0	34,8	40,8	9,6	3,2	0,1		12,9	339,4
1965	270,3	7,9	10,5	0,1	288,8	5,9	32,4	38,3	10,6	3,9	0,1		14,6	341,7
1966	263,0	6,3	14,8	0,1	284,2	7,0	38,9	45,9	13,4	6,1	0,4		19,9	350,0
1967	270,0	9,1	14,0	0,1	293,2	8,1	37,6	45,7	13,8	6,3	4,2		24,3	363,2
1968	283,5	10,8	19,0	0,1	313,4	8,9	46,3	55,2	20,3	11,4	4,9	0,1	36,7	405,3
1969	289,0	11,0	20,0	0,1	320,1	8,4	40,7	49,1	18,7	14,5	4,9	0,7	38,8	408,0
1970	291,3	13,8	23,0	0,1	328,2	8,6	42,0	50,6	28,7	22,5	8,7	1,6	61,5	440,3
1971	298,6	15,6	24,0	0,1	338,3	8,7	49,2	57,9	30,9	37,2	10,1	3,9	82,1	478,3
1972	325,0	15,2	25,7	0,1	366,0	8,7	43,8	52,5	39,1	48,6	14,7	4,0	106,4	524,9
1973 ^d	388,8	13,0	21,1	0,1	423,0	9,5	51,3	60,8	46,8	63,8	18,2	13,1	141,9	625,7

Fontes: Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral, no Estado de São Paulo -- ABPFAS

Cacex -- FAO -- CNI -- Central de Classificação de Urai-PR e Comissão de Financiamento da Produção (MA).

Observações: ^a Fibras não-consideradas pela indisponibilidade de dados: juta, malva, guaxima, sisal, tucum e coroá.

^b Inclusive consumo das indústrias de sacarias e cordoalha, 1972 -- dado retificado.

^c Inclusive consumo de filamentos industriais.

^d Estimativas -- SIFTGESP.

Quadro 3
Brasil — produção de fibras têxteis
 (1963/1972 — em 1 000 toneladas)

Ano	Naturais					Artificiais				Sintéticas			(5) Total	Total geral
	Algodão ^a	Lã bruta ^b	Rami ^c	Seda ^d	Total	Viscose ^e	Acetato ^{e f}	Total	Náilon	Poli- éster	Acrí- lico	Polipro- pileno		
1963	476,7	12,1	8,5	0,11	497,4	33,7	6,1	39,8	8,4	2,0	—	—	10,4	547,6
1964	504,0	26,8	10,2	0,09	541,1	34,8	6,9	41,7	9,6	3,0	—	—	12,6	595,4
1965	450,0	31,0	12,5	0,11	493,6	32,4	7,1	39,5	10,6	3,9	—	—	14,5	547,6
1966	540,0	34,6	18,0	0,13	592,7	39,0	8,4	47,4	13,3	5,9	—	—	19,2	659,3
1967	445,0	26,1	18,0	0,15	489,3	37,6	9,8	47,4	12,8	5,3	—	—	18,1	554,8
1968	617,0	30,5	24,0	0,19	671,7	45,8	9,8	55,6	17,3	9,2	0,7	0,1	27,3	754,6
1969	721,0	38,5	26,0	0,22	785,7	40,3	10,8	51,1	17,7	12,1	1,0	0,7	31,5	868,3
1970	580,0	36,4	29,5	0,26	646,2	39,6	11,9	51,5	24,5	16,6	2,9	1,6	45,6	743,3
1971	595,0	39,5	30,0	0,32	664,8	45,1	13,1	58,2	27,4	20,9	4,1	3,9	56,3	779,3
1972	686,0	36,5	30,0	0,39	752,9	45,9	14,1	60,0	33,6	33,1	6,5	4,0	77,2	890,1

Fontes: ^a BMSP. Relatório do Exercício de 1972.
^b Serviço de Ovinotecnia S.A. Rio Grande do Sul, IBGE, 1963.
^c Central de Classificação de Uraí e Cacex SIFTGESP, 1972.
^d SAFF Serviço de Sericultura Campinas (Produção fios ESP).
^e 1963/1964 Estimativa SIFTGESP / FAO ABPFAS, 1965/1972.
^f Inclusive mecha para filtro de cigarro.

É pois indiscutível a extraordinária importância que o setor têxtil desfruta no cenário da economia nacional. Não adianta, face a problema de tal envergadura, enterrar a cabeça na areia ou, o que dá no mesmo, acenar com soluções oportunistas, como as que se oferecem até agora, redução temporária do IPI, ampliação ocasional de limites de crédito nos bancos oficiais, parcelamentos irrealistas de débitos previdenciários e fiscais, incentivos para investimentos em novos equipamentos etc. Nada disso somado compensa a perda efetiva de substância financeira do setor em virtude da baixíssima rotatividade ano do capital, pela queda de produtividade conseqüente da má qualidade da matéria-prima (estimada entre 10 e 14%) e da falta de racionalização do processo manufatureiro (ausência de política industrial específica).

Tais fenômenos, que tão duramente têm castigado a nossa indústria têxtil, vêm merecendo a consideração do autor do presente artigo há muitos anos: estamos convictos de que somente com soluções arrojadas, a partir de política formulada no âmbito do Estado, será possível restabelecer o vigor setorial.

Nos termos atuais — isto é, de ausência efetiva de política de planejamento setorial — o ramo tende inexoravelmente para a concentração da produção nas grandes fábricas dos grupos estrangeiros, sobretudo das que estão sendo instaladas nas áreas beneficiadas com incentivos fiscais, ou, *malgré lui*, do Estado, como já vem ocorrendo (veja casos citados da América Fabril e D. Isabel).

Se o que se deseja no país é a valorização da empresa privada genuinamente nacional e sobretudo das pequenas e médias; se o que se pretende desde 1964 é realmente manter e fortalecer o sistema da livre-empresa; se o que se aspira é, através da política econômica, ampliar a oferta de empregos e assegurar, em bases menos inseguras, os já existentes; se o que se defende é a formação de uma autêntica classe empresarial brasileira e se fundamentalmente se luta pela construção de um país com virtudes próprias, com escolha de caminhos seus, com vistas à harmonia interna, melhor distribuição de renda e decisões econômicas mantidas no território pátrio, acreditamos que as sugestões que se seguem, naturalmente apenas esboçadas, devam merecer pelo menos a atenção não-preconceituosa das autoridades de planejamento:

- a) organização de sociedades, nas diversas zonas geoeconômicas, onde se aglutinem fábricas de tecidos, com vistas à constituição de grandes empresas centrais para compra e venda de matéria-prima;
- b) nas mesmas zonas geoeconômicas aqui referidas, criação de empresas centrais de acabamento e estamparia.

2. Centrais de compra e venda de matéria-prima

No caso, limitamo-nos à análise das fábricas de tecidos de algodão, que é da nossa competência, mas cremos que, salvo melhor juízo,

o mesmo raciocínio é válido para todo o setor: lã, sintéticos e outras fibras naturais.

Um dos problemas mais agudos das fábricas de tecidos de algodão, e isto inclui as grandes, excetuadas as pertencentes aos grupos algodoeiros internacionais (a Sanbra, por exemplo), é a necessidade de estocagem de pelo menos três meses de matéria-prima, com vistas a assegurarem-se quanto:

- a) à uniformidade na qualidade;
- b) ao preço estável por três meses.

Acontece que a manipulação do preço das matérias-primas sempre a cargo das grandes multinacionais, acabou por elevá-lo a tal ponto que, atualmente, enquanto os setores do trabalho, em termos reais, se deterioraram, os da matéria-prima (capital) assumiram, no caso dos tecidos de algodão (provavelmente ainda mais nas misturas com sintéticos) uma proporção acima de 1/3 na formação do preço de 1m de tecido que tenha um mínimo de 200g de peso.

Assim, através dessas empresas centrais de compra de matéria-prima poder-se-iam tirar algumas vantagens extraordinárias, quer ao nível da economia em geral, quer do ângulo das empresas industriais consorciadas, como se demonstra a seguir.

2.1 Ao nível da economia em geral

a) os consórcios de compra entrariam no mercado devidamente financiados (*com os mesmos financiamentos que já existem hoje para intermediários, inclusive as multinacionais*), na entrada das safras, comprando a matéria-prima necessária ao atendimento por um ano de consumo de cada uma das empresas industriais consorciadas;

b) com este potencial de compra elas (as centrais de compra) teriam, pelo menos, o mesmo poder mercante das multinacionais, retirando-lhes a faculdade de manipulação do mercado segundo o jogo dos seus interesses oportunistas, ao mesmo tempo que se diversificariam para o elenco dos seus clientes, fortalecendo-se sua capacidade de resistência à pressão dos trustes;

c) quanto às centrais de compra, pelo volume das suas compras e sua liquidez, poderiam a seu turno selecionar de forma mais rígida a matéria-prima adquirida e, aos poucos, servindo a um dos objetivos para que teriam sido criadas, ir dando assistência à lavoura e aos maquinistas, de forma a introduzir melhores técnicas de plantio, colheita e descaroçamento, valorizando as matérias-primas para nosso uso industrial e para exportação;

d) a manutenção dos estoques nas centrais de compras serviria como instrumento regulador do mercado, evitando-se as desastrosas e imprevisíveis oscilações caracterizadoras desse mercado e que tornam impossível para o industrial de tecidos a contratação de

pedidos que ultrapassem três meses de produção industrial, perdendo, por conseguinte, elasticidade e agilidade para o *marketing* no plano internacional;

e) o volume do crédito atualmente dispensado pelo Governo para a negociação das safras seria bastante reduzido, obrigando-se as multinacionais (sem risco de perda da safra e prejuízos para o lavrador e o maquinista) a operar com seus próprios recursos e não com dinheiro barato do país hospedeiro, que deve reservar seus escassos recursos de capital prioritariamente para os nacionais;

f) as centrais de compra, em pouco tempo, teriam condições de operar como exportadoras, eliminando-se a prática comum das multinacionais de sub ou superfaturarem os produtos, segundo seus ocasionais interesses. Em 1973, em manobras de subfaturamento nas exportações de algodão, nosso País deve ter sido lesado em perto de US\$200 milhões, em divisas.

2.2 Ao nível das fábricas

1. Como já afirmamos e se encontra em todos os relatórios das diversas convenções do setor têxtil, um dos mais agudos problemas a afetar a eficiência das fábricas é a má qualidade da matéria-prima. No caso dos tecidos de algodão, a produtividade, somente por esta razão, cai de 10 a 14%, em média. Com as centrais de compra esta deficiência pode ser paulatinamente eliminada através do maior poder de barganha dessas entidades, que podem ser muito mais rigorosas com os vendedores da matéria-prima e, a médio prazo, pela assistência técnica que pode dispensar, didaticamente, aos lavradores e maquinistas. Somente na recuperação dessa porcentagem de produtividade essa simples medida racionalizadora representaria muito mais na melhoria da eficácia do setor do que o investimento indiscriminado em tecnologia de ponta, permanecendo, como acontece agora, os mesmos vícios de estrutura.⁷

2. As fábricas consorciadas, dispondo de matéria-prima abundante num armazém situado no centro geoeconômico da sua região, passariam a dispensar a manutenção dos três meses mínimos de estoque a que hoje se vêem obrigadas, liberando assim uma parcela ponderável do seu imobilizado para capital de giro, o que contribuiria de forma notável para a redução dos seus custos financeiros.

3. Os riscos das operações de crédito desapareceriam pois, no caso das centrais de compra, os financiamentos recebidos seriam

⁷ Não somos contrários à importação de equipamentos ou à sua aquisição no país, quando se destine à superação de estrangulamento no processo produtivo.

garantidos pelo penhor mercantil da própria matéria-prima estocada. Quanto às fábricas, livres da necessidade de manter estoques, bastaria que comprassem à vista para o máximo de uma semana de consumo. Toda a liquidez do sistema seria violentamente fortalecida.

4. As fábricas de tecidos dos grupos nacionais, pelo acesso à matéria-prima de boa qualidade e a preços justos do mercado, restabeleceriam as condições de igualdade para concorrerem com as fábricas pertencentes aos trustes que mercantilizam a matéria-prima (ex-Moinho Santista — grupo Sanbra, no caso de algodão — fábricas da Rhodia, no caso das indústrias que misturam lã com fibras sintéticas), saindo da atual posição de inferioridade no seu próprio país.

3. Centrais de acabamento e estamparia

É possível que, para algumas grandes fábricas com produção mensal acima de 1 milhão de metros, não interessa a participação nas centrais de acabamento e estamparia. Isto somente deixaria bem o programa, pois não se poderia acusá-lo de estatizante (apesar de ser o Governo, no caso que se propõe estudar, apenas a entidade racionalizadora e incentivadora para a constituição dos consórcios), ficando as fábricas de cada região livres para associar-se, se o desejassem (em Sergipe já há projeto igual sendo implantado com apoio da Sudene e do BNDE).

As centrais de acabamento e estamparia, uma vez implantadas, apresentariam as vantagens descritas a seguir.

3.1 Ao nível das fábricas

1. Seria feita a desverticalização da terceira fase do processo industrial, justamente aquela que pede equipamento mais caro e tecnologia mais sofisticada, exigindo para sua atualização recursos de que as pequenas e médias empresas não dispõem. As fábricas consorciadas passariam a vender toda ou parte de sua produção a vista ao consórcio, que previamente determinaria a cada empresa industrial parceira que tipo ou tipos de telas cruas desejaria comprar, procurando reduzir ao mínimo a multiplicidade de fios e tecidos para cada uma das fábricas. Com isso, lograr-se-iam imediatamente duas vantagens espantosas:

- a) racionalização da produção de cada fábrica, permitindo-se melhorias de produtividade acima de 15%;
- b) o ciclo de produção, livre da intrincada malha de diversificação de fios, tecidos, padrões e sortimentos, cairia para um máximo de 30 dias, aumentando, como num passe de mágica, a rotatividade do capital (atualmente uma vez e meia ao ano) para 12 vezes por ano.

3.2 Ao nível do interesse da economia em geral

1. Em virtude dos resultados apontados, a necessidade de crédito das fábricas consorciadas cairia verticalmente, reduzindo-se acentuadamente os custos financeiros dos tecidos, tornando-os mais baratos para o consumo do nosso povo.

2. Exportação de cultura nacional. Aqui, talvez, o aspecto que mais nos sensibilize, face ao ponto de vista que temos defendido sobre as possibilidades de desenvolvimento da nossa cultura. É óbvio que empresas do porte dessas que sugerimos — centrais de acabamento e estamparia — têm suficiente escala para operar com personalidade tanto no mercado interno quanto no externo, conferindo universalidade e *status* aos padrões culturais das estamparias criadas pelos nossos artistas.

A adução, ao produto, desse elemento subjetivo — cultura — colocaria o nosso tecido em posição semelhante ao indiano, que, por inovar num universo cultural exausto, é disputado em todas as partes do mundo, principalmente nos mercados europeus e norte-americanos (EUA e Canadá). Enfim, tais centrais de estamparia e acabamento tenderiam a transformar-se em *trading companies*, livrando-nos, pelo menos nessa área, de entregar aos grupos estrangeiros o domínio absoluto do mercado exportador.

Cumpridas as diretrizes de um programa como o esboçado, teríamos atendido às exigências da realidade brasileira pois:

1. País subdesenvolvido é, por definição, carente de capital e tem em abundância oferta de mão-de-obra, sobretudo não-qualificada. Portanto, o fator raro da economia é capital. Ora, importar-se o fator raro, a custos caríssimos, para tornar mais ocioso o fator abundante (mão-de-obra) é um erro de política econômica que resulta em verdadeira teratologia social.

2. O uso racional dos fatores básicos da economia — capital, mão-de-obra, terra e tecnologia — impõe-se como a tônica de qualquer política de desenvolvimento, para evitar profundos desequilíbrios — como se verifica no Brasil — sociais, regionais e econômicos.

3. Sempre que existir fator de capital investido e amortizado, operando com capacidade ociosa, é preferível, antes de se o substituir por novos investimentos de capital fixo com tecnologia de ponta, racionalizar, através de políticas adequadas, a utilização conjugada dos fatores já existentes.

Dessa maneira, poupa-se a utilização do fator raro — capital — destinando-o a outros setores novos; mantém-se — e em alguns casos até se amplia — o uso mais intensivo do fator barato porque abundante — a mão-de-obra.

Finalmente, para encerrarmos o presente trabalho, sem qualquer constrangimento tomamos por empréstimo ao Ministro Se-

vero Gomes, por nos considerarmos com elas afinadas, as seguintes afirmações feitas por Sua Excelência no dia 22 de janeiro de 1975, na posse da nova diretoria da Associação Brasileira de Normas Técnicas:

“Duas são as diretrizes básicas para o nosso desenvolvimento econômico: a redução da dependência externa; a preocupação com a qualidade do desenvolvimento econômico.”

E logo adiante:

“O nível da dependência externa guarda estreita relação com a dependência tecnológica e da qual decorre um conjunto de conseqüências.”

“1. A industrialização tende a se apoiar na empresa multinacional, que, dispondo de técnicas avançadas, tem maiores possibilidades de colher as oportunidades dos investimentos.

2. A tecnologia importada pode apresentar muitas inadequações à realidade nacional, como por exemplo, quanto à disponibilidade de recursos naturais ou mão-de-obra.

3. Reduz a capacidade nacional de escolha de um ‘estilo próprio de desenvolvimento’.”

Summary

The crisis in the textile industry: proposal of a solution

After criticizing the profound ignorance which apparently exists about the textile industry, the author presents a historical analysis of the evolution of this industrial sector, describing the roots of what he calls the crisis of the textile industry along the following lines. The textile industry, which began to develop in 1850, was characterized by the creation of vertically-organized industrial plants, which produced for markets which were isolated because of the poor means of communication and transportation in the country. The existence of these captive markets made textile plants highly profitable, despite the fact that their scale of production and their possibilities for operating rationally were limited. The expansion of communications after the Second World created competition between these industries, which was aggravated by the prohibition of fabric exports under the Dutra's government and by the incapacity of the industrialized nations, emerging from the war, to meet the immediate demand for equipment to modernize the textile industry.

These factors led to a crisis in the sector, which would have seemed far more serious had it not been for the distortions produced throughout the economy by inflation.

This crisis became even more accentuated beginning in 1964, because the policy then adopted of limiting consumption eroded the working capital still at the disposal of the textile industry, and required that industry keep stocks of up to six months of production, and extend wholesale credit terms to as much as 210 days.

The result of this series of events was industry insolvency, an insolvency which the government tolerated because it did not wish to face the social problems which would be created if the industry's debts were called. The solutions so far suggested, such as a temporary reduction in the Industrialized Products Tax, the occasional easing of limitations on credit from official banks, and government incentives to invest in new equipment, are nothing more than ephemeral palliatives, because the roots of the current crisis in the textile industry are located in the deterioration of the industry's internal market as a result of the existing salary policy, the difficulties involved in obtaining raw materials of good quality and for reasonable prices, and the difficulties inherent in rationalizing the production of a vertically-organized industry.

The author notes that in this situation only the multinationals are prospering, primarily because they control the raw materials, both synthetic fibers (nearly monopolistic control of Rhodia), and raw cotton (whose sales are controlled by SANBRA -- Moinho Santista). The author emphasizes that he believes it is in the country's interest to recuperate its textile industry, since it remains one of the greatest employers of labor, both directly and indirectly, in addition to possessing excellent expansion possibilities in foreign sales.

To achieve such industry recuperation, the author proposes two kinds of measures: a) the organization of societies aimed at the formation of large central firms to buy and sell raw materials, and b) the simultaneous creation of central companies to finish and print the fabrics. The first measure might break the almost monopolistic control of the multinationals in the sales of textile materials, making it possible for domestic firms to buy good quality raw materials for fair prices. The second measure would make rational production possible, at least in small and medium-size firms, leading to an increase in their production, as well as to a reduction in the total costs of production, possibly resulting in lower fabric costs to the consumer.

LIVRARIAS DA FGV

RIO DE JANEIRO

Livraria Carneiro Felipe
Praia de Botafogo, 188
Tel.: 266-1512 R. 110

BRASILIA

S. Q. Sul 104 Bloco A, loja 37
Tel.: 24-3008

SÃO PAULO

Livraria Teixeira de Freitas
Av. Graça Aranha 26, lojas
H e C — Tel.: 222-4142

Livraria Faria Lima
Av. Nove de Julho 2029
Tel.: 288-3893